

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância Juventude/Ceam/UnB  
Disciplina: **Violações dos direitos da criança, do adolescente e jovem**  
Professoras: Judith Zuquim, Maria Lúcia Leal e Natália Duarte  
Horário: 4ª - 19h às 21h45

## **2º. Semestre 2023**

### **Ementa:**

Estudo e análise das violências em suas diversas formas e manifestações na esfera pública e privada e nas relações sociais geradoras de desigualdade social. Questões de gênero, raça e diversidade sexual que afetam crianças, adolescentes e jovens na sociedade contemporânea. Sociedades disciplinares, práticas punitivas e de controle. Reprodução de violências nas instituições e espaços sociais como ação e expressão de violações de direitos. Sistema de proteção social, intersectorialidade e integração de políticas sociais. Metodologias e práticas interdisciplinares de enfrentamento de violências, crianças e adolescentes.

### **Objetivos:**

1. Examinar a relação entre “diversidade”, interseccionalidade e hegemonias epistemológicas neoliberais;
2. Refletir sobre o ciclo de políticas públicas, especialmente nas dimensões de monitoramento e avaliação, em especial, de políticas setoriais, integradas e de direitos para a infância, adolescência e juventude;
3. Analisar as contradições do Sistema de Proteção Social, Sistema de Garantia de Direitos, Rede de Proteção.

### **Metodologia:**

A metodologia a ser utilizada pressupõe uma participação ativa e, fundamentalmente, crítica por parte das/os estudantes. A metodologia buscará promover o desenvolvimento intelectual dos discentes, numa perspectiva teórico-histórica, comprometida com a construção de um saber eminentemente crítico. Para atingir este objetivo serão desenvolvidas as seguintes atividades: aulas expositivas por parte das professoras e convidadas; seminários; discussão de textos científicos de obras importantes e de eventuais artigos publicados em jornais, revistas, mídias em geral; encontros e diálogos com a participação de atrizes e atores coletivos - movimentos sociais, sindicais e organizações populares que atuam no âmbito da sociedade e das instituições públicas, objetivando a construção da autonomia intelectual dos(as) estudantes.

### Avaliação -

Produção de um texto dissertativo-argumentativo de até cinco laudas a ser produzido e entregue até 30/11 a partir dos critérios de avaliação abaixo articulando os conceitos e categorias trabalhadas na disciplina com o Projeto de pesquisa.

Critérios de Correção:

- 1) Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. (20 pts)
- 2) Desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa com introdução (apresentação da tese) e desenvolvimento (argumentos favoráveis e contrários à tese). (40 pts)
- 3) Conclusão retomando a tese defendida com 3 proposições de Políticas Públicas para a tese. (40 pts)

### CRONOGRAMA E BIBLIOGRAFIA MÓDULO 1 – Profa. Natalia Duarte

#### Problematização

*“A partir do relativo consenso social dos direitos humanos como matriz da sociabilidade - por meio de mobilizações sociais e da guerra fria - o Estado foi instado como responsável pela posituação de direitos, avançou na estruturação de sistemas de garantias de direitos na busca de redução das desigualdades e patamares de cidadania considerando infâncias, juventudes, diversidade, pobreza e suas interseccionalidades. Em reação, mundialmente avançou o neoliberalismo e os ataques aos sistemas de proteção com severas implicações na posituação de direitos e ampliação da pobreza. Para tanto são colocados em marcha lawfare, redução do estado ( diminuição do número de funcionários públicos pela tercerização, não realização de concursos, externalização de serviços a partir de plataformas e tecnologias), redução de direitos (trabalhistas, previdenciários e sociais), mercantilização e privatização dos serviços públicos. Acompanham esses ataques a imposição do ethos e racionalidade neoliberal operada a partir de distorções e distrações que convertem a concorrência como sociabilidade e a realidade social como redes e plataformas sociais. Como avançar?”*

13/09/2023	Exame histórico da Política Social, sua vinculação aos direitos sociais, os sistemas de proteção e os desafios contemporâneos	<p>a. Cidadania no Brasil. O longo Caminho – José Murilo de Carvalho <a href="https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf">https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf</a></p> <p>b. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza <a href="https://www.scielo.br/j/rk/a/XVMxSPvRYVVj86YGbSqi56N/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rk/a/XVMxSPvRYVVj86YGbSqi56N/?format=pdf&amp;lang=pt</a></p> <p>c. Política social contemporânea - Potyara Amazoneida Pereira <a href="https://books.scielo.org/id/rfv9p/pdf/costa-9788577982318-01.pdf">https://books.scielo.org/id/rfv9p/pdf/costa-9788577982318-01.pdf</a></p>
------------	---	---

<p>20/09/2023</p>	<p>Análise do Neoliberalismo e suas manifestações econômicas, políticas, sociais e simbólicas, subjetividades e racionalidades neoliberais</p>	<p>a. Christian Laval: A racionalidade neoliberal <a href="https://www.youtube.com/watch?v=bumpBiaXw84">https://www.youtube.com/watch?v=bumpBiaXw84</a></p> <p>b. NOVA DIREITA, CAPITALISMO DIGITAL E POLÍTICA SOCIAL – Camila Potyara (p. 17 - 34) <a href="https://www.seminariosregionaisnppae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2023/PoliticaseEducacionaisResistenciaERetomada.pdf">https://www.seminariosregionaisnppae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2023/PoliticaseEducacionaisResistenciaERetomada.pdf</a></p> <p>c. c. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença – C S Oliveria <a href="https://www.scielo.br/j/rk/a/8KY5H7rgCP9nPzZjbWRsB8g/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rk/a/8KY5H7rgCP9nPzZjbWRsB8g/?format=pdf&amp;lang=pt</a></p>
<p>27/09/2023</p>	<p>Inventariar o conceito polifônico Diversidade, seus desdobramentos nas políticas públicas, especialmente na educação.</p>	<p>a. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação – Rodrigues e Abramowicz <a href="https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?format=pdf&amp;lang=en">https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?format=pdf&amp;lang=en</a></p> <p>b. O mundo e a diversidade: questões em debate – Kabengele Munanga <a href="https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/#">https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/#</a></p> <p>c. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DIVERSIDADE – NL Gomes <a href="http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p7/12023">http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p7/12023</a></p>
<p>04/10/2023</p>	<p>Analisar criticamente as portas de saídas do Neoliberalismo a partir das políticas sociais</p>	<p>a. Lançamento de JUNHO DE 2013: a rebelião fantasma <a href="https://www.youtube.com/watch?v=bLJDOlphRri&amp;t=7s">https://www.youtube.com/watch?v=bLJDOlphRri&amp;t=7s</a></p> <p>b. Junho de 2013: levante contra o sistema forjado desde a ditadura militar – Dilma Russef <a href="https://blogdaboitempo.com.br/2023/06/20/junho-de-2013-levante-contra-o-sistema-forjado-desde-a-ditadura-militar/">https://blogdaboitempo.com.br/2023/06/20/junho-de-2013-levante-contra-o-sistema-forjado-desde-a-ditadura-militar/</a></p> <p>c. 2013 segundo Safatle <a href="https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&amp;id=7175:2013-segundo-safatle&amp;catid=564">https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&amp;id=7175:2013-segundo-safatle&amp;catid=564</a></p> <p>d. HÁ FUTURO PARA O SOCIALISMO? Por um novo modo de vida na América Latina – Ricardo Antunes (cap. 20 – p. 332) <a href="https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf">https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf</a></p>

## CRONOGRAMA E BIBLIOGRAFIA MÓDULO 2. Judith Zuquim

### Problematização

Como tem mostrado a experiência histórica, determinadas concepções de infância e adolescência - legítimas ou não - são elementos que não podem ser desprezados no ciclo das políticas públicas. A construção, implementação e avaliação das políticas públicas para infância e adolescência têm características específicas, uma vez que os marcos institucionais são dispersos e devem convergir para uma concepção de infância como sujeito de direitos, e não apenas como objeto de proteção e controle social. Dessa forma, as políticas dirigidas a crianças e adolescentes devem demonstrar clareza das responsabilidades do Estado no que se refere a marcos internacionais de direitos humanos, instalar a prioridade absoluta em suas perspectivas orçamentárias e contar com o controle da sociedade e das próprias crianças e adolescentes em seu monitoramento e avaliação. Entretanto, importantes aspectos das normativas ainda não foram totalmente implementados, trazendo a necessidade da discussão de modelos e metodologias de avaliação que realimentem de forma crítica as concepções estruturais de programas que pretendem impactar na redução da violação de direitos.

DATA	TEMA	Leituras básicas
11/10/2023	O alinhamento da PNDCA aos princípios internacionais de direitos humanos de crianças e adolescentes	<p>Qvortrup J. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". Pro-Posições [Internet]. 2011Jan;22(1):199–211. Available from: <a href="https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000100015">https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000100015</a></p> <p>General comments. Committee on the Rights of the Child. <a href="https://www.ohchr.org/en/treaty-bodies/crc/general-comments">https://www.ohchr.org/en/treaty-bodies/crc/general-comments</a> (buscar outras línguas em <a href="https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&amp;TreatyID=5&amp;DocTypeID=11">https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&amp;TreatyID=5&amp;DocTypeID=11</a>)</p> <p>DECRETO No 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.</p>
	O ciclo da política pública e a construção de uma matriz de indicadores para o SGDC	<p>Raeder, S. T. O. (2015). CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Perspectivas Em Políticas Públicas, 7(13), 121–146.</p> <p>Carlos E, Dowbor M, Albuquerque M do C. EFEITOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Cad CRH [Internet]. 2021;34:e021016. Available from: <a href="https://doi.org/10.9771/crh.v34i0.33276">https://doi.org/10.9771/crh.v34i0.33276</a></p> <p><a href="https://www.unicef.org/brazil/painel-de-dados">https://www.unicef.org/brazil/painel-de-dados</a></p>
25/10/2023	Modelos e metodologias de monitoramento e avaliação de políticas, planos e programas que integram a PNDCA	<p>JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. Est. Aval. Educ., São Paulo , v. 25, n. 58, p. 22-42, ago. 2014 . Disponível em <a href="http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-68312014000200003&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0103-68312014000200003&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a></p> <p>Boullosa, Rosana de Freitas, Oliveira, Breyner Ricardo de, Araújo, Edilson Tavares de, &amp; Gussi, Alcides Fernando (2021). Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Avaliação, 10(1), e100521. <a href="https://doi.org/10.4322/rbaval202110005">https://doi.org/10.4322/rbaval202110005</a></p>

01/11/2023	Lacunas normativas e temas emergentes na violação e na garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes	<p>Qvortrup J. Infância e política. Cad Pesqui [Internet]. 2010Dec;40(141):777–92. Available from: <a href="https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300006">https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300006</a></p> <p>Almeida, V. S. de .. (2008). Educação e liberdade em Hannah Arendt. Educação E Pesquisa, 34(3), 465–479. <a href="https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000300004">https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000300004</a></p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. Direitos Humanos e Desigualdade Social. IDE, São Paulo, v. 39, n. 63, p. 185-197, ago. 2017. Disponível em: <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-31062017000100014">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-31062017000100014</a></p>
------------	--	--

## CRONOGRAMA E BIBLIOGRAFIA MÓDULO 3 . Maria Lúcia Leal

### Problematização

*“O capitalismo e a lógica do Estado Neoliberal produz crises de governabilidade, fragmentando as ações intersetoriais no campo das políticas públicas.*

*Nessa direção, a política social brasileira só pode ser concebida inserida no contexto histórico, político, econômico e social, como resultado da disputa de projetos e interesses e da pactuação entre as diversas forças sociais presentes na sociedade, que se materializam em um conjunto de regulações e ações do Estado.*

*No caso brasileiro, a configuração do Estado tem a setorização e fragmentação como constitutivas da estruturação histórica das políticas públicas, concebidas e organizadas para serem implementadas isoladamente, sem que haja planejamentos conjuntos e ações articuladas. A lógica setorial expressa-se na estrutura administrativa, dos três níveis de governo, na formulação, coordenação e execução dos serviços públicos, e via de regra, cada área da política pública especializa-se com a definição de normativos, procedimentos buscando recursos (humanos, físicos e orçamentários) para sua viabilização.*

*A consequência da setorização tem sido observada ao longo das diferentes gestões públicas, pela desarticulação, fragmentação e sobreposição das ações, além de expor as famílias, indivíduos e grupos atendidos pelas políticas a um paralelismo de intervenções e, muitas vezes, à duplicidade de cadastros e procedimentos para acesso aos serviços públicos.” (Intersetorialidade nas Políticas Públicas, pág. 02, Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/>>)*

DATA	TEMA	ATIVIDADES
08/11/2023	Fundamentos teóricos sobre setorialidade, intersectorialidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e interculturalidade, no contexto das Políticas Públicas	<p><b><u>Bibliografia Requerida:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PEREIRA, Potyara A. P. <b>A Intersetorialidade das Políticas Sociais numa Perspectiva Dialética.</b> Brasília: UnB, 2012.</li> <li>▪ WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; DA PAZ, Rosangela Dias O. <b>Intersetorialidade nas Políticas Públicas.</b> São Paulo: PUC, 2020.</li> </ul>

		<p><b>- Bibliografia Complementar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ALMEIDA, Tamara. <b>Saiba Tudo sobre Intersetorialidade.</b> AsTransforme. Disponível em: &lt;<a href="https://www.youtube.com/watch?v=WL16BlzNYb4">https://www.youtube.com/watch?v=WL16BlzNYb4</a>&gt;. Acesso em: 25 Ago. 2023.</li> </ul>
15/11/2023	<p>- Os desafios da implementação da intersetorialidade, à luz da Constituição/1988, do ECA/1990, e do Sistema de Garantia de Direitos, na proteção dos direitos da criança e do adolescente, no contexto da municipalização e dos territórios vulneráveis.</p> <p>- Apresentação da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/2011.</p> <p>- Uma análise da intersetorialidade, interculturalidade e demais termos teóricos trabalhados, à luz dos planos e ações na área de infância e adolescência.</p>	<p><b>- Bibliografia Requerida:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FAUSTINO, Taiane Queithe da Silva. <b>Intersetorialidade: tendência contemporânea na organização de políticas públicas. A experiência do Programa Maior Cuidado.</b> Belo Horizonte: UFMG, 2016.</li> <li>▪ CASTRO, Vanessa Maria de; LEAL, Maria Lúcia Pinto. <b>Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias – OPOInfâncias: práxis indígenas e não-indígenas.</b> São Paulo: USP, 2023.</li> <li>▪ FUNDAÇÃO ABRINQ. <b>Plano Municipal para Infância e Adolescência.</b> Guia da Ação Passo a Passo. Programa Prefeito Amigo da Criança. São Paulo: Fundação Abrinq, 2011.</li> </ul>
22/11/2023	<p>- Seminário sobre práticas de intersetorialidade e demais termos teóricos trabalhados, à luz dos Planos, Políticas e ações na área de infância e adolescência (aplicação).</p>	<p><b>- Bibliografia Requerida:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Políticas Sociais Básica, Planos e Ações.</li> <li>➤ Lei 8.080/90 e 8.142/90 – Sistema Único de Saúde (SUS)</li> <li>➤ Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) SINASE</li> </ul>
29/11/2023	<p>- Seminário sobre práticas de intersetorialidade e demais termos teóricos trabalhados, à luz dos Planos, Políticas e ações na área de infância e adolescência (aplicação).</p> <p>- Orçamento, participação e intersetorialidade.</p> <p>- Os desafios da intersetorialidade e demais termos, no orçamento para prevenção da violência</p>	<p><b>- Bibliografia Requerida:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Políticas Sociais Básica, Planos e Ações.</li> <li>➤ Lei 8.080/90 e 8.142/90 – Sistema Único de Saúde (SUS)</li> <li>➤ Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)</li> <li>➤ SINASE</li> </ul>



	contra crianças e adolescentes (PLOA 2023).	
06/12/2023	AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA	

## Bibliografia complementar

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. FURLAN, Karina Morgana. O Crescente Processo de Medicalização da Vida: entre a judicialização da saúde e um Novo Modelo Biomédico. Acessado 26/08/2022. Disponível em:

[https://direito.furg.br/images/stories/LIVROS/Direitos\\_Humanos\\_Sade\\_e\\_Medicina/08\\_Brauner2013\\_DHSM.pdf](https://direito.furg.br/images/stories/LIVROS/Direitos_Humanos_Sade_e_Medicina/08_Brauner2013_DHSM.pdf)

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder; tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

FURTADO, Rafael Nogueira. Biopoder e educação inclusiva: o problema da medicalização no contexto do Transtorno Específico da Aprendizagem. Revista Filogenese; Marília. vol.16. 2021. Acessado 26/08/2022. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/#!/revistas-eletronicas/filogenese/edicoes-antteriores/volume-16-2021/>

GAGO, Verónica. *La razón neoliberal*. Edición: Traficantes de Sueños C/ Duque de Alba 13. C.P. 28012. Madrid. Tinta Limón. Primera edición: octubre de 2015.

SANCHES, Valéria Nogueira Leal. AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Estudo sobre o processo de medicalização de crianças no campo da saúde mental. SAÚDE DEBATE | Rio de Janeiro, V. 38, N. 102, P. 506-514, JUL-SET 2014. Acessado 26/08/2022. Disponível em :

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ndTy5YqQ6wC958FwyK6Xj6v/?format=pdf&lang=pt>